

GARANTIAS LEGAIS

em territórios instáveis

DA CONSTITUIÇÃO À INTERVENÇÃO, 30 ANOS DEPOIS

Objetivo: Estimular uma reflexão qualificada em torno das medidas e garantias legais existentes e sua aplicabilidade no cenário cotidiano de favelas e periferias do Rio de Janeiro, identificando elementos propulsores de violências e de promoção de direitos, tendo como pano de fundo os 30 anos da Constituição Federal e o decreto da intervenção federal no Rio de Janeiro.

05/10 - Aula Inaugural / 6ª feira

Da Constituição à Intervenção, trinta anos depois.

PARTE I - EM TEMPOS DE DEMOCRACIA

30 anos de Constituição Federal e as políticas de segurança pública estarão na pauta da primeira parte do curso onde especialistas de diversas áreas irão compartilhar uma visão histórica das diferentes conjunturas vividas.

10/10 - Panorama das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro nos últimos 30 anos e as garantias de direitos

17/10 - Desafios para democratizar a justiça

24/10 - Letalidade policial e proposta de policiamento preventivo

Quartas-feiras, das 09h às 12h

Será conferido certificado aos que obtiverem presença mínima de 70% nas aulas

PARTE II - EM TEMPOS DE INTERVENÇÃO FEDERAL

A intervenção Federal estabelece um novo paradigma na democracia brasileira? Significa uma volta ao passado, de práticas e tratativas já duramente experimentada? O que diz o decreto da intervenção? Qual o papel das organizações civis e dos institutos do sistema de Justiça?

31/10 - Decreto da intervenção: Uma análise crítica

07/11 - Uso de forças armadas: Uma história repetida

14/11 - Justiça militar: Garantia, processo e parâmetros internacionais

21/11 - Monitoramento da intervenção e o papel das instituições de justiça

28/11 - Monitoramento da intervenção e o papel das organizações da sociedade civil

05/12 - Repressão e resistência: Novas estratégias e ferramentas

PARTE III - CENÁRIOS FUTUROS

Como reorganizar a agenda de segurança no Pós Intervenção? Que legado ficará e como reescrever a agenda pública no Rio de Janeiro e no Brasil. E em relação às vítimas, de que forma é possível imaginar políticas de reconhecimento de Direitos?

12/12 - Qual é a agenda de segurança pública no pós intervenção?

Inscrições até 30 de setembro

Clique aqui

ou acesse o link: <https://goo.gl/forms/AK7HhHCQC08ojr6o2>

FESUDEPERJ - Av. Marechal Câmara, 314 - Centro - Rio de Janeiro - 4º andar



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



OUVIDORIA
DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Fesudeperj
Fundação Escola Superior da Defensoria
Pública do Estado do Rio de Janeiro

**INSTITUTO DE
DIREITO**

